

As teorias clássicas da reprodução do capital social total na perspectiva de Rosa Luxemburgo.

Matheus Fernando Sadde¹

RESUMO:

O objetivo deste artigo é trazer a análise de História do Pensamento feita por Luxemburgo no que se refere às teorias clássicas da reprodução do capital social total. Num primeiro momento se apresenta uma breve introdução que busca fundamentar o que é, para a autora, a causa de problemas analíticos enfrentados pelos teóricos do período clássico. Problemas estes que os impediam de apreender o problema da reprodução em sua essência. Em seguida, busca-se construir os termos gerais da controvérsia clássica que se dá entre os teóricos burgueses da Escola de Ricardiana e os teóricos opositores da tradição que é designada por Luxemburgo como a tradição Say-Ricardo. São eles Sismondi e Malthus. Procura-se explorar as críticas feitas pela autora a estes dois últimos evidenciando o caráter limitado não só da compreensão do problema da reprodução, mas sobretudo das supostas soluções dadas por eles; a saber: o comércio exterior e o consumo improdutivo.

Palavras-chave: Rosa Luxemburgo; História do Pensamento Econômico; Economia Política Clássica.

ABSTRACT:

The objective of this article is to present the History of Thought analysis carried out by Luxemburg with regard to the classical theories of the reproduction of total social capital. Firstly, a brief introduction is presented that seeks to substantiate what is, for the author, the cause of analytical problems faced by theorists of the classical period. These problems prevented them from understanding the problem of reproduction in its essence. Then, we seek to construct the general terms of the classical controversy that takes place between the bourgeois theorists of the Ricardian School and the opposing theorists of the tradition that is designated by Luxemburg as the Say-Ricardo tradition. They are Sismondi and Malthus. We seek to explore the criticisms made by the author to these last two, highlighting the limited nature that not only provides an understanding of the problem of reproduction, but above all of the supposed solutions given by them; namely: foreign trade and unproductive consumption.

Key-words: Rosa Luxemburg; History of Economic Thought; Classical Political Economy.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-MARX) da Universidade Federal Fluminense.

I. Introdução: o problema da reprodução e a controvérsia clássica.

A primeira formulação do problema da reprodução aparece no texto de Luxemburgo como concebida a partir da ótica do capital individual, e o efeito disso, como procura mostrar a autora, é assumir que a reprodução do capital constante é suficiente para que se defina uma unidade entre as condições de reprodução do consumo social total e as condições de reprodução do capital produtivo total.

...como é possível garantir o abastecimento do mercado com meios de produção e mão de obra, fato que se verifica sem nenhum planejamento? Ou como podem as condições variáveis de venda, imprevisíveis e não planejadas, assegurar ao capitalista quantidades crescentes de meios de produção, mão de obra e possibilidades de venda para suas mercadorias, de acordo com suas necessidades respectivas de acumulação, isto é, em determinadas proporções e tipos? Coloquemos o problema de forma mais precisa. [...]. Suponhamos ainda que o capitalista continue em condições de capitalizar metade de sua mais valia e o mesmo se verifique todos os anos seguintes. Para que isso se realize, é necessário que ele encontre os meios de produção, a força de trabalho e os segmentos de mercado, não apenas em geral, mas em progressão determinada, que corresponda a seus avanços na acumulação” (LUXEMBURG, 1910 [1985], p.17).

É neste ponto da análise que se verifica alguns dos efeitos analíticos da presença da dualidade da teoria do valor de Smith. Tanto o assumir a igualdade entre valor e preço de produção quanto o reconhecer a diferença entre o preço de oferta e o preço de demanda se relacionam com a ideia de que é a reprodução do consumo total que garante a reprodução do capital constante; porém, há uma diferença entre a concepção de que o capital constante é reproduzido segundo o seu valor (o caminho de Marx) e a concepção de que o preço de oferta paga a reposição do custo material do capital constante (o caminho de Say). O que ambas as concepções têm em comum é só a necessidade de explicar a reprodução física segundo a lei do valor.

No primeiro caso a igualdade entre valor e preço de produção se mostra como uma hipótese condicionante à análise devido a necessidade de se mensurar elementos materiais heterogêneos em termos de tempo de trabalho abstrato socialmente necessário. Como, do ponto de vista da reprodução física, o trabalho vivo diretamente empregado é capaz de afetar as condições produtivas que determinam a reprodução social segundo a lei do valor, a quantidade de trabalho contido no consumo produtivo minimamente requerido para a recomposição circular do capital social total através da realização do consumo total pode ser conhecida pela troca de equivalentes entre o Departamento de meios de produção (I) e o Departamento de meios de consumo (II), pois, sem tal troca a condição física de autorreprodução não poderia ser atendida. Quando os produtos excedentes de cada Departamento se trocam em igual proporção, pode-se estabelecer algum parâmetro de referência

acerca da relação entre a variação das quantidades e a variação dos preços. Tem-se aqui, novamente, a caracterização do esquema simples de reprodução, assim como a expressão mais básica da lei do valor.

No segundo caso, pelo contrário, o preço de oferta é pensado como soma dos rendimentos naturais do capital, do trabalho e da terra, e o conhecimento das taxas que remuneram cada um destes elementos dependente exatamente da troca entre as quantidades ofertadas e demandadas de capital, de trabalho e de terra². O preço, que é um fenômeno expressado pelas condições de distribuição das quantidades empregadas e consumidas é explicado por aquilo que ele é em si. Uma troca determinada por uma relação de proporção. É a própria distribuição que explica as variações dos preços da mesma forma que os preços explicam as mudanças na distribuição. Além do mais, vale a pena ressaltar a diferença entre o que significa a afirmação de que o capital variável (o trabalho contido) é determinado pelos salários adiantados (o trabalho demandado/comandado dos capitalistas) e o que significa assumir como hipótese a troca equivalente entre o tempo de trabalho contido no capital variável e o tempo de trabalho no qual a mercadoria força de trabalho é produtivamente consumida³.

O que há de marcadamente burguês no pensamento econômico inglês é este “se apresentar” como uma unidade integrada em si, dotada de uma lógica interna de reprodução. Não é à toa que um dos principais resultados do trabalho de Luxemburgo é mostrar que toda a controvérsia clássica, que se desenrola entre os vulgares adeptos da doutrina da harmonia social e os seus críticos, é estabelecida sob a ideia de que a conquista das condições materiais internas - capazes de sedimentarem a autossuficiência reprodutiva do mercado nacional - é algo suficiente para que se inicie um processo de reprodução ampliada. O que gera, como será mais adiante explorado, a apreensão do problema da reprodução como problema da realização do mais valor⁴.

Podemos observar que toda a controvérsia clássica se desenvolveu entendendo que a reprodução ampliada era sinônimo de crescimento do consumo social total, e não de crescimento do capital social total. De acordo com a análise crítica de Luxemburgo, podemos dizer que não é da expansão do consumo do sobre produto (o produto produzido para além das condições autônomas de

² Nota-se aqui a diferença entre o que é entender a composição orgânica como composição técnica medida em valor e o que é entender as mudanças na composição orgânica como explicadas pelas mudanças nas composições técnicas que alteram as composições em valor. Não é por menos que, para Luxemburgo, a teoria da acumulação e da reprodução simples do Livro I de *O Capital* estavam submetidas a análise do movimento do capital individual e de suas relações com o todo.

³ Em outras palavras pode-se dizer que a redução do capital produtivo à salários pode ser compreendida como redução do capital constante a ser recomposto à capital circulante ou como igualdade entre salários adiantados e quantidade de trabalho produtivo diretamente empregado, sendo que, esta igualdade não necessariamente significa que os lucros futuros sejam oriundos do consumo produtivo presente.

⁴ Um exemplo claro deste tipo de confusão é o trabalho *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva* (1981 [2004]).

reprodução do consumo social total) que se alcança as condições de acumulação do capital produtivo, e sim da capacidade de extensão do tempo de trabalho comandado pelo capital global junto ao crescimento quantitativo da riqueza genérica (natureza e força de trabalho) incorporada à reprodução capitalista. A ampliação das condições de reprodução do próprio valor é algo que se dá de forma a “espacializar” o tempo de trabalho comandado pelo capital.

Por se empenhar na investigação conjunta do sentido com o significado, a análise de Luxemburgo nos permite constatar que é da natureza do objeto que se verifica esta diferença entre o que a ‘coisa’ é; o que a ‘coisa’ aparenta ser; e o que a ‘coisa’ diz sobre o que ela é⁵. Isto não é uma conclusão tão simples, até mesmo porque é este tipo de percepção que nos informa sobre a sempre iminente possibilidade do erro na investigação em História do Pensamento⁶.

É aqui que toda a problemática sobre a medida do valor e a determinação dos preços relativos (o problema do valor) se mostra como um empecilho ao reconhecimento dos efeitos da adoção da hipótese que reduz o capital constante ao capital circulante, e da hipótese que assume proporções fixas entre terra e força de trabalho diretamente empregadas, mensurada a preços de mercado, em cada departamento da produção total. Por mais que seja possível a representação da produção total por meio de setores verticalmente integrados de meios de produção, de meios de consumo dos trabalhadores e de meios de consumo dos capitalistas (o mais valor), esta representação pode ser apreendida de diferentes maneiras.

O entendimento presente em Marx e Luxemburgo é o de que a troca equivalente entre o trabalho excedente do Departamento I com o trabalho contido no Departamento II garante a reprodução simples de todo o consumo social na medida em que o tempo de trabalho contido no setor integrado de bens-salário é igual ao tempo de trabalho socialmente necessário à recomposição das condições físicas que foram produtivamente consumidas, sejam elas meios de consumo dos trabalhadores (o salário real) ou meios de produção (depreciação do capital fixo empregado em todos os setores). O que é algo diferente da ideia de que é na troca segundo os preços de mercado que se

⁵ Quando o trabalho do historiador do pensamento se concentra excessivamente no que o objeto diz ser a sua aparência, por vezes reduzindo o pensamento econômico ao seu caráter puramente ideológico, pode-se confundir a frutífera conclusão de que a dissociação entre forma e conteúdo reside na natureza fetichizada do objeto com a concepção de que é o sujeito histórico que vive uma dissociação entre a forma e o conteúdo. Por mais que este seja um sujeito reconhecidamente social, e por isso mesmo alguém que vivencia no real a diferença entre o que se é e o que se aparenta ser, não se pode tomar como certo o que se entende como o significado de uma certa categoria sem conhecer o sentido da mesma. A História do Pensamento Econômico baseada na ideia de que a diferença entre o ser e o pensamento se apresenta também na realidade é aquela que, como se viu na seção II do capítulo anterior, se justifica como método de formulação de uma teoria totalizante, e não como método de apreensão da totalidade.

⁶ Ver o capítulo 2 da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel.

garante a reprodução do consumo, do produto, da renda e da riqueza totais. É este tipo de ideia que faz com que a reprodução simples do capital constante seja explicada apenas pelas condições de circulação das mercadorias finais e um determinado estoque de terras e força de trabalho deva ser assumido como dado. O que é o mesmo que entender que as condições que propiciam a reprodução ampliada de todo o capital social total se encontram nas condições de reprodução do consumo total, e que é na troca entre produto e renda que se encontra o ponto de partida lógico da reprodução ampliada, e que, mais do que isso, promove a elevação da razão entre a renda gerada e o capital consumido à medida que se eleva o nível de produto, consumo e renda.

É o que Say faz com a teoria dos preços de Smith que explica o porquê a controvérsia sobre os lucros e a renda entre Malthus e Ricardo só fazia deflagrar, no âmbito da análise do capital social total, a necessidade de se determinar um mecanismo que garantisse a reprodução deste capital segundo a reprodução do consumo social total. É a discussão acerca da influência de Say sobre Ricardo que nos ajuda a entender o seguinte. O que antes era apenas um dogma dado pela necessidade de mensuração do valor do produto total segundo os preços se torna, a partir da Lei de Say, uma teoria fechada em si mesma da reprodução do capital social total, ainda que entendido apenas pela ótica da circulação simples de mercadorias. Teoria esta que afirma que as condições ao desenvolvimento são ilimitadas no longo prazo.

É nesta época que a tradição ricardiana - vulgarizada pela expressividade que Say ganha na teoria de Ricardo - encontra pela frente as críticas que mexeram com as estruturas da análise clássica da reprodução social, e desafiaram a imagem que o capital projeta sobre si e sobre o seu vir a ser. Segundo a História do Pensamento realizada por Luxemburgo, estas críticas são postas por dois teóricos que se concentravam no Continente, e por um terceiro que se inspira no passado manufatureiro e mercantil da Inglaterra. Jean Charles de Sismondi é a voz de oposição que se levanta na Suíça; Karl Rodbertus é a que se levanta na Alemanha⁷; e Thomas Malthus é o reverendo cuja voz

⁷ A análise da reprodução de Rodbertus, assim como a de Von Kirchmann, não serão aqui analisadas por que, segundo a autora, elas não avançam em nada na compreensão do problema da reprodução e acabam se limitando às dificuldades em mensurar a composição em valor do produto social total em termos de preço. Em Rodbertus isso fica bem evidente, pois, para este, a solução do problema da realização do mais valor total requer a suposição de uma igualdade entre o valor da força de trabalho e o seu preço; reduzindo o capital constante a salários adiantados e fazendo do mais valor total o consumo das demais classes. Como o avançar da acumulação, devido ao crescimento acelerado da produtividade do trabalho, faz reduzir a parcela dos salários reais na renda e isto fomenta as crises de subconsumo dado o menor consumo dos trabalhadores, a solução para as crises seria a garantia da ampliação crescente do consumo dos trabalhadores sem a conseqüente alteração do preço da força de trabalho em relação ao valor. Transformando todo o capital constante em salários reais adiantados, o que em Ricardo é o fundo de salários, em Rodbertus, é o único remédio eficaz contra as crises, e, portanto, se faz imprescindível “estabelecer por lei que a parcela de participação dos trabalhadores no produto nacional seja rerepresentada por uma cota fixa inalterável” (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 166) para que a acumulação tenha prosseguimento.

soa mais como um assombro vindo do passado do que como uma luz de futuro⁸. A reflexão de Luxemburgo sobre a controvérsia clássica indica que as críticas ao pensamento econômico burguês vieram do que, para o capital inglês, era o estrangeiro, quando se pensa em termos espaciais, e do que não é o presente, quando pensamos em termos temporais.

II. A tradição Say-Ricardo vs As críticas de Sismondi e Malthus

Diante da situação histórica em crise, a reação defensiva da Escola de Ricardo ganha efetividade com a negação da condição de crise em permanência. Tratando as crises como períodos de ajuste em direção à um suposto equilíbrio, os economistas burgueses que só enxergavam Say na teoria de Ricardo se tornam os baluartes de uma doutrina sistemática de objetivo unívoco: o equilíbrio dos mercados. A potência revolucionária desta Escola surge em meio às discussões socialistas que buscam na redistribuição da renda e do produto a política capaz de conter a expansão da pobreza e da pauperização⁹. A ciência da Economia Política encontra, neste período, o ponto em que a cientificidade e a vulgaridade se encontram e desencontram simultaneamente. O pensamento econômico crítico se vê num lugar especial no que tange ao seu papel mais primordial à esta época: a compreensão do problema da reprodução.

Dada a necessidade histórica e política de preservar a imagem rósea que o capital faz de si mesmo, o pensamento vulgar encontrou como saída lógica uma reformulação simplista da maneira como Ricardo adota a Lei de Say. Diferentemente do sentido discutido na seção anterior, a análise relativa e absoluta de determinação dos preços e das quantidades ganha como novo fundamento explicativo a simples ideia de que são as variações na relação entre a oferta e a demanda que conduzem a reprodução capitalista à uma tendência de equilíbrio entre produção e consumo em todos os mercados. O desequilíbrio dos períodos de crise seriam, portanto, parte do próprio movimento reprodutivo do capital em direção ao equilíbrio generalizado dos mercados.

Do ponto de vista da História do pensamento econômico produzida por Luxemburgo, este momento histórico em que o problema da reprodução é emplacado como o centro do debate clássico produz um efeito particular no que se refere as possibilidades de desenvolvimento do conhecimento científico sobre a reprodução capitalista. O pensamento econômico burguês encontra em seu caminho uma verdadeira encruzilhada. Ao mesmo tempo em que se vê obrigado a manter a sua imagem por

⁸ Ainda que Keynes tenha visto esta luz.

⁹ Com Sismondi é possível observar como uma certa tentativa de solução para a pobreza e a pauperização poderia levar a expansão do que é a causa comum de ambos os fenômenos: a proletarianização.

meio da vulgarização, necessita aprofundar a compreensão sobre o problema, pois, do contrário, não poderia mobilizar uma prática política que operasse sobre a realidade econômica em crise.

O campo do pensamento crítico, afirmando a condição de crise como um problema objetivo, acaba se colocando como o único terreno possível no qual a compressão do problema da reprodução pode dar os seus primeiros frutos. Neste período de crise em permanência, a decadência da Escola de Ricardo junto a sua própria vulgarização impôs uma radical dicotomia entre o desenvolvimento científico e a defesa do discurso harmonicista. De acordo com o que, nesta tese, é percebido como a compreensão metodológica de Luxemburgo, argumenta-se que é por meio da crítica teórica que os elementos necessários à compreensão do problema emergiriam, por mais que sua essência ainda não pudesse ser captada dada necessidade de maturação da expansão imperialista da Grande Indústria.

O pensamento econômico burguês se dividiu entre aqueles empenhados na negação da condição de crise em permanência (a negação da negação ou o reflexo sobre si mesmo) e aqueles que identificavam, apenas em parte, a natureza do problema da reprodução, ainda que o compreendessem como o problema da realização do mais valor. Estes últimos apontavam os caminhos para a solução, isto é, os caminhos que viabilizavam a continuidade da reprodução ampliada do consumo social total, entendendo que a única via possível era a ampliação extensiva do consumo próprio ao capital produtivo já instalado no mercado nacional. Isto porque, até este momento, não se apreendeu a reprodução simples do capital constante, e a reprodução simples do consumo social total é delimitada a partir de um fecho em que a troca equivalente entre consumo presente e consumo futuro - e não a troca equivalente entre trabalho contido e trabalho comandado – é vista como condição necessária à delimitação do espaço econômico em que todo o produto social se reproduz autonomamente.

É neste ponto que a história do pensamento econômico de Luxemburgo procura demonstrar o que há de essencialmente burguês na análise clássica. A transformação do problema da reprodução no problema da acumulação de capital produtivo quando se assume a ótica do produto e a sua decomposição em valor, e no problema da realização do mais valor contido no sobreproduto quando se assume a ótica da demanda (o ponto de vista da circulação). Dado que é este o elemento comum presente tanto no significado clássico dado ao problema quanto no significado russo, podemos observar o seguinte: ainda que a análise baseada na circulação do dinheiro como capital esteja presente tanto nos marxistas russos quanto nos críticos à tradição de Say-Ricardo que acabam observando o problema da realização do mais valor, ambas as tradições compartilham da ideia de que a acumulação de capital possui uma relação com as condições internas de distribuição do produto e da renda.

Ao assumirem como posto analítico fundamental a imagem de autorreprodução que o capital põe a si mesmo, os críticos da Escola Ricardiana não só confundiram, assim como Say, a lei do valor com a troca básica e equivalente entre valores de uso, mas captaram o problema da reprodução na sua superficialidade, isto é, como um conjunto de crises cíclicas causadas por desproporções entre oferta e demanda. Devido a esta percepção estes críticos só puderam lidar com a possibilidade de expor a essência concreta do problema na medida em que formulassem teorias sobre a causa das crises baseadas na diferença entre a oferta e a demanda totais. Desaguaram, no entanto, na apresentação de soluções para o problema da realização do mais valor contido no sobre produto via comércio exterior ou consumo improdutivo, sendo que, é este tipo de tratamento teórico dado ao problema da reprodução que o faz se transformar numa questão outra. O que explica a demanda por investimento capaz de determinar a continuidade da reprodução ampliada? Como a realização do mais valor contido no sobre produto se associa direta e equivalente à acumulação de capital produtivo total?

Compreendendo o problema da reprodução como algo condicionado à reprodução ampliada do consumo social total estes críticos da Escola Ricardiana - já vulgarizada pela doutrina da harmonia de Say - compartilhavam com os seus adversários o estabelecimento de uma mesma relação de associação, compreendida, por agora, em outros termos. Para os herdeiros vulgares de Ricardo a relação de associação se dava entre a renda não gasta em consumo imediato (a poupança presente) e a quantidade de capacidade produtiva acumulada (o investimento futuro) e, para os críticos tal associação se dava entre a mais valia capitalizável (a poupança futura) e a realização do mais valor contido no sobre produto (o investimento presente). Tanto um quanto outro partem da ideia de que é a partir das condições de distribuição da reprodução do consumo social total que se pode explicar as condições de reprodução do capital produtivo total.

Todos os autores envolvidos na controvérsia clássica acabam concebendo a origem do capital como trabalho passado ou trabalho incorporado, e não foi por menos que as soluções encontradas estavam todas subjugadas à visão radicalmente circulacionista da reprodução. A expansão do comércio exterior e do consumo improdutivo aparecem como soluções do problema da reprodução pois, por ora, este último passa a ser identificado como o problema da realização do mais valor contido no sobre produto quando as condições de circulação são o ponto de visão, ou como problema da acumulação de novo capital produtivo total quando o olhar se volta para as condições de produção (a incorporação de novo trabalho produtivo). Os críticos do ricardianismo vulgar só poderiam adotar como horizonte possível à reprodução no longo prazo as exportações de meios de consumo finais e a importação de matérias primas, pois, do contrário, não se poderia fazer qualquer afirmação sobre a continuidade da acumulação interna de capital produtivo.

Esta forma de encarar o problema da reprodução produz uma associação direta e proporcional entre a taxa de acumulação de capital produtivo e a taxa de expansão do mercado consumidor apenas pelo fato do mercado nacional estar em expansão devido ao crescimento das trocas entre produtos finais exportados e meios de produção importados. Como se fosse possível admitir que a taxa de depreciação, que representa o consumo contido do produto total, se ajustasse às variações da demanda por consumo final. O que as formulações críticas realmente fazem é assumir uma relação de correspondência entre as variações absolutas e relativas que são verificadas nas mudanças da composição física do produto e nas mudanças da composição da renda nacional. Tanto as variações na composição física do produto, quanto as variações na distribuição da renda entre salários, lucros e renda da terra estão proporcionalmente associadas ao tempo de trabalho incorporado ao produto final, dando a entender que a origem do capital é o próprio trabalho produtivo, e que sua reprodução, no tempo e no espaço, dependeria de duas trocas equivalentes. A troca entre capital e renda, que é interna aos limites da reprodução simples do consumo total dentro de uma nação, e a troca entre renda e riqueza na relação do que é interno e nacional com o que é externo e nacional (as “terceiras pessoas”, a população pauperizada do campo e da cidade) e com o que é externo e estrangeiro.

Se questionar sobre o tipo de troca que se estabelece entre o mercado capitalista autossuficiente e um mercado-outro não era possível para os horizontes de Sismondi e Malthus. Para que estes ajustes se realizassem de modo proporcional e a reprodução ampliada se mantivesse seria necessário a expansão continuada de demanda por consumo final capaz de reduzir a pobreza e a pauperização. Uma percepção que confunde o consumo produtivo contido com o consumo social total, e por assim proceder acaba constatando vantagens comparativas na exportação de meios de consumo finais e na importação de matérias primas entre nações, e vantagens absolutas no comércio com os membros não incorporados à reprodução capitalista, sendo eles os pobres, como deseja Sismondi, ou os “padres”, como é da vontade de Malthus. Toda esta forma de conduzir a análise teórica parte da ideia de que as condições de reprodução do consumo social total já lhe são autônomas.

Do que foi aqui exposto até o momento, nos parece relativamente claro que, para a autora, a essência do problema da reprodução tem a ver com a impossibilidade de se compatibilizar as condições fixas e circulantes da reprodução do capital produtivo total (a dimensão física do capital) com as condições constante e variável da reprodução do consumo total (a dimensão social do capital) por meio de alguma relação unívoca entre as variações na distribuição da renda e as variações na composição em valor do produto total. Esta visão de que as relações de troca são suficientes para que se produza algum conhecimento acerca da reprodução autônoma da sociedade capitalista ignora o meio e as condições históricas sobre as quais a lei abstrata geral faz o seu trabalho de extensão do

trabalho alienado em sua forma capitalista. Ignora, portanto, o que está por detrás da ampliação absoluta das relações de troca entre a mercadoria capital (bens-salário) e a mercadoria força de trabalho (tempo de trabalho sob o comando do capital): a expropriação da riqueza genérica.

III. Sismondi e o caráter mercantil da reprodução capitalista.

A análise clássica da reprodução material da sociedade de classes, orientada para o consumo total, é alicerçada por hipóteses absolutas. São elas: a reprodução autossuficiente, a ótica do capital individual, a circulação simples de mercadorias, o trabalho útil e, talvez, a mais importante, a diferença entre renda e riqueza. No que diz respeito à formulação de uma teoria da reprodução do capital social total, estas hipóteses fomentaram a compreensão de que o nexo causal existente entre as variações absolutas do nível do produto e as variações relativas verificadas na composição técnica do capital produtivo é a problemática central para a análise da reprodução do consumo social total. Não foi por menos que a compreensão de Marx acerca da diferença entre o processo de trabalho e de valorização na reprodução do capital constante era o ponto chave para que uma análise clássica da reprodução tomasse o seu melhor caminho.

Do que nos parece ser a visão de Luxemburgo, é Sismondi quem mais tangencia esta compreensão, e isto pode ser constatado pelo sentido de sua crítica à ideia de Ricardo de que os efeitos da maquinaria sobre o desemprego seriam graduais e monótonos.

No Livro Quarto de seus *Nouveaux Principes*, capítulo VII, de significativo título, “As Máquinas Produzem uma População Excedente”, Sismondi atacara a doutrina espalhada pelos apologetas de Ricardo, segundo a qual as máquinas sempre criam tantas ou mais oportunidades de trabalho para os assalariados que as tiradas por eles do trabalho vivo. Sismondi combateu ferrenhamente essa assim chamada teoria da compensação. Seus *Nouveaux Principes* foram editados em 1819, dois anos depois da publicação da obra principal de Ricardo. Na terceira edição de seus *Principles*, em 1821, ou seja, logo após a polêmica entre MacCulloch e Sismondi, Ricardo insere novo capítulo (31ª parte principal da tradução de Baumstack, 2ª, ed., 1877) em que sinceramente reconhece seu erro e, perfeitamente de acordo com Sismondi, explica: “que a opinião da classe operária, segundo a qual o emprego das máquinas é frequentemente pernicioso aos próprios interesses, não se baseia em preconceitos ou erros, mas é confirmada pelas leis básicas corretas da economia pública e estatal”. Com isso ele se vê, como Sismondi, obrigado a defender-se da suspeita de ser contrário ao progresso técnico; salva-se da situação, no entanto, de forma menos radical que Sismondi, dizendo que o mal ocorre apenas pouco a pouco: “Para determinar a lei básica, admiti que a maquinaria aperfeiçoada fosse descoberta de imediato, de um só golpe, e aplicada em toda a sua extensão. Na realidade, porém, essas descobertas ocorrem pouco a pouco e atuam mais sobre a retirada do capital investido” (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 132).

Contudo, a compreensão da reprodução do capital constante é perdida no pensamento de Sismondi quando uma associação direta e proporcional é assumida entre a relação capital fixo/capital circulante e a relação capital constante/capital variável. Se, por um lado, se faz necessário assumir a igualdade entre valor e preço de produção para que se mantenha a autossuficiência reprodutiva segundo a troca equivalente entre meios de produção e meios de consumo, por outro lado, esta forma de integração entre os setores reprodutores do consumo produtivo interno (a quantidade de trabalho contido) e os setores reprodutores do consumo final (a quantidade de trabalho comandado) acaba por reconhecer o mais valor total como o setor integrado de meios de consumo finais da classe capitalista. Em Sismondi, portanto, o “dogma smithiano” convive bem com a igualdade entre valor e preço de produção haja visto que a diferença entre trabalho produtivo e trabalho assalariado não era percebida como presente nos setores reprodutores dos meios de produção.

Depois de tanto esforço para dividir o produto social total e ter chegado às categorias incomensuráveis do capital fixo, do capital circulante e da mais valia, evidencia-se logo a seguir que Sismondi, quando fala do capital fixo, refere-se, na verdade, ao capital constante; que o capital circulante é de fato o capital variável, pois “tudo o que foi produzido” é destinado ao consumo humano, mas o capital fixo será consumido somente “indiretamente”; capital circulante, pelo contrário: “destina-se ao fundo que se destina à alimentação do operário, em forma de salário” (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 117)

A reprodução capitalista poderia ser representada por Departamentos interdependentes de capital constante, capital variável e mais valor, sendo o valor dos meios de produção realizado de modo a recompor integralmente e associadamente o capital fixo em termos físicos. Por esta maneira, o produto social seria composto por meios de consumo de caráter circulante (elementos físicos do capital fixo, matérias primas e meios de consumo finais), cujo valor é realizado pelo consumo social total e determinado pelo capital variável e o mais valor (a renda líquida). A sua divisão entre consumo dos meios de produção e consumo final seria justificada apenas pela diferença entre as mercadorias de caráter circulante destinadas ao consumo produtivo e as destinadas ao consumo social dos indivíduos. Porém, como Luxemburgo procura mostrar, este modo de proceder se alinha a maneira como Sismondi diferencia renda de riqueza.

Como *riqueza*, portanto, se excluem da *renda nacional* todos os meios de produção; essa riqueza se desdobra, porém, em mais valia e força de trabalho, ou, mais exatamente, em seu equivalente, o capital variável. Teríamos, assim, de forma não suficientemente clara, a divisão compreendendo capital constante, o variável e a mais valia. Logo a seguir descobrimos, todavia, que Sismondi entende por *renda nacional* o produto social total anual: [...]. Nesse caso o produto total da sociedade se decompõe, segundo o valor, em duas partes: o capital variável e a mais valia; desaparece o capital constante, o que nos conduz de novo ao dogma smithiano, segundo o qual o preço de todas as mercadorias se decompõe em $v + m$ (ou se compõe de $v + m$), ou ainda, em

outras palavras, o produto total é constituído exclusivamente de meios de consumo (para operários e capitalistas) (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 118).

A partir daí, Sismondi passa a abordar a questão da realização do produto total. Como, por um lado, a soma das rendas da sociedade compõe-se de salários e lucros do capital, bem como da renda fundiária, representando $v + m$, e, por outro, o produto total da sociedade também se decompõe (em termos de valor) em $v + m$, “a renda nacional e a produção anual se equilibram” e tem de ser iguais uma à outra (em valor): [...]. A partir daí, Sismondi, no capítulo VI do volume II [...] constituirá, finalmente, a seguinte lei exata da reprodução: “A renda do ano anterior tem de pagar a produção do ano corrente” (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 119).

Dado que Sismondi reconhece o gasto como o ponto de partida da circulação de todo o capital social total, a autossuficiência reprodutiva é garantida pela própria circulação do dinheiro como capital, sendo a única diferença a que se constata entre a circulação que reproduz o consumo produtivo contido e a que reproduz o consumo final. Nos termos de Marx, poderíamos dizer que: enquanto a primeira segue a lógica $M - D - M'$, a segunda se guia por $D - M - D'$. Ao assumir a reprodução autossuficiente junto da circulação simples de mercadorias e do entendimento do dinheiro como capital, Sismondi se limita à ótica da reprodução mercantil do capital social total e acaba superpondo, assim como fizera Ricardo, o trabalho produtivo e o assalariado ao capital constante e circulante. O autor franco-suíço pode ser caracterizado como alguém que não adota a Lei de Say mas que, em consequência, incorpora o “dogma smithiano”, e a razão para tanto se deve à sua visão estritamente circulacionista do processo de reprodução. O nexo causal que soluciona o problema da realização e o problema da acumulação num só golpe pode, com base neste circulacionismo, assumir um caminho virtuoso e naufragar como teoria, ou pode também seguir um caminho tenebroso e ganhar a glória entre os teóricos. O de Sismondi é o primeiro caso e o de Malthus é o segundo.

Como pode, então, realizar-se a acumulação sob tais pressupostos? Como o produto total deve ser consumido inteiramente pelos operários e capitalistas, não saímos evidentemente da reprodução simples e o problema da acumulação assim se torna insolúvel. De fato, a teoria sismondiana acaba declarando, em princípio, impossível a acumulação. Senão, quem vai comprar o produto excedente no caso de uma ampliação da reprodução, uma vez que a demanda social total representa a soma dos salários dos operários e do consumo pessoal dos capitalistas? (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 119).

No entanto, o problema da reprodução surge com uma condição própria à análise já estabelecida quando toda análise da reprodução fica sucumbida às condições de circulação. A existência de uma conexão direta entre a realização do sobreproduto, composto por mercadorias finais e matérias primas¹⁰ e a acumulação de capital fixo é esta condição sem a qual Sismondi não poderia

¹⁰ Nota-se aqui a necessidade de se manter a igualdade entre valor e preço da força de trabalho mesmo que não se compreenda em essência a diferença entre trabalho produtivo e trabalho assalariado.

sustentar a sua teoria da reprodução. No limite, o que o autor realiza é a apreensão da dialética presente na tendência expansionista do capital social, porém, o faz partindo de uma incompreensão do problema da reprodução devida à sua dificuldade em lidar com a reprodução do valor do capital constante e com a mensuração em valor do produto social total. Isto nos ajuda a explicar a posição de Sismondi na controvérsia clássica.

A ideia de que o desenvolvimento futuro do capitalismo não seria realizável graças as crises de superprodução, era justificada com base na contradição entre as condições ilimitadas de crescimento da produção com as condições limitadas de crescimento do consumo; todavia, isto não significava a impossibilidade de se destinar o capital produtivo superproduzido para setores que atuassem na compensação do desemprego e do subconsumo causados pelo progresso técnico.

E ele [Sismondi] nos revela as múltiplas dificuldades e conflitos que se vinculam aos progressos da produtividade do trabalho, dentro do sistema capitalista. Demonstra que as alterações na técnica operacional, aceitas por Ricardo, conduzem socialmente às seguintes alternativas, obrigatoriamente: parte dos operários é despedida, em proporção ao crescimento da produtividade e assim teremos, de um lado, um excedente de produtos e, de outro, o desemprego e a miséria, ou seja, um quadro fiel da sociedade atual; ou o produto excedente é empregado para o sustento dos operários em um novo ramo produtivo – a produção de luxo. Chegando a esse ponto, Sismondi nos mostra sua superioridade indiscutível sobre Ricardo. Lembra-se de repente da existência do capital constante e se lança decididamente ao combate contra o clássico inglês (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 134).

Por mais que a tendência ao subconsumo permanecesse e até se aprofundasse com o desenvolvimento do capital produtivo internamente acumulado na Grande Indústria, o problema da realização do sobreproduto poderia encontrar como solução a demanda dos pobres e dos pauperizados, ou, melhor dizendo, daqueles que não possuíam renda mas que possuíam uma riqueza genérica particularmente especial: força de trabalho livre com necessidade básica de consumo. A solução do problema da realização que poderia levar a apenas uma aceleração da produção corrente a curto prazo (acumulando capital circulante) se daria na troca entre renda e riqueza operada na compra do sobreproduto pelos pobres e pauperizados por meio da renda a eles paga na forma de salários e na venda do tempo de trabalho dedicado à produção capitalista.

O domínio da circulação na análise clássica da reprodução social pode ser mais bem explorado observando que a redução do capital constante à capital circulante feita por Ricardo não o permitiu associar o aumento de volume do capital produtivo acumulado com a expansão do comando do capital sobre a riqueza genérica, quando este procurou sustentar a ideia de que o aumento da produtividade do trabalho social é um efeito escalar do progresso técnico. É neste ponto, no entanto, que a associação direta entre as relações capital fixo/capital circulante e capital constante/capital variável se revela

como um ponto comum de Sismondi com Ricardo num determinado momento, mas que, em outro, é abandonado.

Nesse ponto Sismondi rompe com a fábula da escola clássica, segundo a qual, na ampliação do capital, todo o capital excedente seria gasto exclusivamente em salários, ou seja, em capital variável; ele também se distancia claramente da doutrina ricardiana – o que, de passagem, não o impedirá, três anos depois, de deixar passar, na segunda edição de seus *Nouveaux Principes*, inadvertidamente, todos os erros em que se baseava essa doutrina. Assim, Sismondi contrapõe à doutrina ricardiana da harmonia dois aspectos decisivos: de um lado, as dificuldades objetivas do processo de reprodução ampliada que, na realidade capitalista, não transcorre de maneira tão tranquila, como na abstrusa hipótese de Ricardo; de outro, o fato de que o progresso técnico na produtividade do trabalho social dentro das condições capitalistas, se realiza à custa da classe operária, do sofrimento dessa classe (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 135).

O que Ricardo faz é enfrentar o problema da mensuração do valor do produto social total ressignificando a lei do valor como uma lei da distribuição que necessita ter como parâmetro uma relação de proporcionalidade da composição em valor com a composição física do produto. O que é o mesmo que assumir que os preços expressam relações de proporcionalidade entre valores de uso, e que é por meio da troca, e não da divisão social do trabalho, que se efetiva a integração do consumo produtivo contido com o consumo excedente, que, no caso do circulacionismo de Ricardo, expressa o consumo final.

Ao tomar as trocas como o princípio da análise da reprodução do consumo social total, os economistas ricardianos acabam assumindo a correspondência direta entre a decomposição do valor do produto social total com a decomposição da renda total entre renda bruta e renda líquida. A integração entre os dois departamentos gerais da produção é pensada por meio de um padrão de comércio entre o setor reprodutor do consumo intermediário e o setor reprodutor do consumo final com vantagens absolutas. Como se a troca entre capital produtivo e produto excedente se igualasse a troca entre salários adiantados e capital antecipado pelo simples fato de as variações dos preços de mercado em relação ao preço de produção alterar a distribuição entre salários/lucros. O que seria o mesmo que alterar as composições técnicas dos diferentes ramos de produção visto que, com o tautologismo da Lei de Say, o preço de produção é o preço de oferta das mercadorias capital, trabalho e terra. Trata-se, portanto, de uma forma de se mensurar o valor do produto social total à preços correntes, assumindo um determinado nível de equilíbrio entre oferta e demanda totais.

No entanto, é neste ponto da análise que a diferença entre o trabalho produtivo e o trabalho assalariado se torna decisiva para o pensamento clássico e para o entendimento das diferenças entre Ricardo, Sismondi e Malthus. Quando o preço de produção é confundido com o preço de custo, a

decomposição física do produto se daria entre consumo intermediário e consumo final, e, quando o preço de produção expressa o valor do produto social total esta mesma decomposição se daria entre consumo produtivo contido e consumo excedente. Contudo, é a relação de troca entre capital e renda - o preço da mercadoria capital (a taxa de lucro) - que fundamenta a concepção de que existe uma relação de proporcionalidade entre a poupança e o investimento, ou que, com outras palavras, existe uma divisão do mais valor total (a parcela do produto consumida pela classe capitalista) entre consumo presente e consumo futuro, ou, como nos termos de Luxemburgo, entre o mais valor capitalizável e o mais valor consumido.

Bastaria apenas que houvesse uma troca entre trabalho assalariado presente e trabalho produtivo futuro para que se reduzisse a parcela do consumo produtivo contido no produto total e, coordenadamente, aumentasse a parcela do consumo excedente em meio à expansão do mercado consumidor final. Este é o caminho seguido pela teoria da acumulação de Ricardo. Teoria esta que parte da diferença entre valor e riqueza e, por assim proceder, adota a relação de troca entre capital e renda posta por Say sem confundir estoque de riqueza com renda não consumida. Isto é o que leva Ricardo a adotar o “dogma smithiano” como método de mensuração do produto total entendendo a diferença entre as variações nos preços e nas quantidades - quando se diferencia a decomposição física e em valor do produto social total - como uma diferença causada por mudanças na relação salário/lucro. A necessidade de estabelecer uma relação de causalidade entre as variações nos preços dos bens-salários com as variações nas quantidades demandadas de mercadorias finais é o que explica a estranha convivência da Lei de Say com o reconhecimento da diferença entre renda e riqueza no pensamento de Ricardo. No limite, a pior consequência desta confusão é o entendimento de que todo trabalho assalariado é trabalho produtivo.

É do reconhecimento desta diferença entre trabalho produtivo e assalariado que o problema da realização se conecta ao da acumulação de capital produtivo e as críticas de Sismondi e Malthus passam a pavimentar o caminho de uma teoria da reprodução do consumo social total baseada na demanda por investimento, isto é, na realização do sobreproduto capaz de solver o mais valor capitalizável (a capacidade produtiva ociosa futura). A parte capitalizável do mais valor é destinada ao consumo produtivo contido devido a hipótese da reprodução simples, porém, como se reconhece a circulação do dinheiro como capital, o problema da realização surge como a necessidade de solvência das mercadorias finais que são superproduzidas. A causa desta superprodução, e do consequente subconsumo, é a diferença entre o crescimento ilimitado da produtividade do trabalho e o crescimento limitado do consumo final.

Sismondi reconhecia que o comércio interno capaz de expandir a condição de autossuficiência se dava por vantagens comparativas, isto é, pelos diferenciais de produtividade do trabalho verificados nos setores reprodutores do consumo produtivo contido e nos setores reprodutores do consumo excedente. Isto porque, este é o único padrão de trocas entre valores de uso em que as mudanças técnicas na composição física do produto poderiam conduzir a um aumento mais acelerado da taxa de crescimento da produtividade do trabalho empregado no Departamento de meios de produção em relação à taxa de crescimento da produtividade do trabalho empregado no Departamento de meios de consumo. Assim, portanto, não se trata de uma troca entre consumo intermediário e consumo final, mas sim de uma troca entre setores reprodutores do consumo produtivo contido e os setores produtores do consumo excedente.

Por causa disso, Sismondi tenta ‘trazer à terra’ a fantasia de Ricardo de que a reprodução total poderia ser explicada apenas pelas trocas entre valores de uso, reconhecendo, no entanto, a diferença entre as condições materiais de reprodução do consumo produtivo contido e do consumo excedente (a ótica do trabalho produtivo) e as condições de realização da renda líquida (a ótica do trabalho assalariado). O meio de Sismondi para a consolidação de tal feito é afirmar um padrão de comércio em vantagens absolutas entre o sobre produto capitalista e a riqueza genérica em posse daqueles que não se reproduzem por meio da renda total. Sem esta condição a demanda por investimento não se realizaria, ainda que a tendência mais que crescente da produtividade do trabalho nos setores reprodutores do consumo produtivo contido se mantivesse em relação à crescente produtividade do trabalho nos setores reprodutores do consumo excedente.

Nos limites dados pela controvérsia clássica o problema da reprodução:

“...reside na questão de se saber quem são os consumidores e receptores do excedente de produtos que surge quando os capitalistas produzem mercadorias que vão além do próprio consumo e do consumo de seus trabalhadores, ou seja, quando os mesmos capitalizam parte da mais valia e a empregam para ampliar a produção visando a aumentar o capital? Em resposta à questão Ricardo não diz sequer uma palavra com referência ao aumento do capital. Apenas nos pinta um quadro das diferentes etapas da produção mediante o qual sugere um aumento gradual da produtividade do trabalho” (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 133).

É desta compreensão essencialmente circulacionista que Sismondi conclui a extensão do comércio entre o sobre produto e a riqueza genérica como a saída para a superação da miséria crescente e do desemprego causados pela maquinaria, mesmo que o problema da realização do sobre produto fosse, a longo prazo, insuperável. A razão para tal é a seguinte. Ainda que as condições ilimitadas de crescimento da produtividade do trabalho permanecessem efetivas, a reprodução com acumulação de capital produtivo – possível pela troca proporcional entre o sobre produto e a riqueza

genérica dentro da Nação - teria como tendência a ampliação da separação de todo tipo de propriedade de todo tipo de trabalho, pois, sem isso, não seria possível um crescimento absoluto do capital fixo em posse dos proprietários com uma redução relativa do valor das mercadorias finais que formam o sobre produto. O que, no longo prazo, só causaria uma necessidade crescente de se expandir a troca proporcional entre sobre produto (mais valor sobre produzido a ser capitalizado) e riqueza genérica (capital fixo e força de trabalho sem emprego produtivo)¹¹ por meio do emprego e do assalariamento extensivos da força de trabalho sob o comando do capital.

Conclui-se, portanto que, para Sismondi, o desenvolvimento futuro do capitalismo seria impossível graças a tendência crescente do desemprego, da miséria e da pauperização, sendo a solução deste tipo de problemática (o subconsumo) a extensão da economia mercantil de reprodução autônoma (não associada à Grande Indústria). Como o autor se mantém fiel à ideia de que a reprodução capitalista é uma reprodução orientada para o crescimento do produto social total, a superação do modo capitalista de produção exigia, a seu ver, a afirmação de seu passado mercantil como futuro.

IV. Malthus e o caráter mercantilista da reprodução capitalista.

Observemos inicialmente como Luxemburgo compara Sismondi e Malthus:

Sismondi é um crítico da produção capitalista; ele a ataca com vigor, é o advogado de acusação. Malthus é seu apologista, não no sentido de negar suas contradições, como faziam MacCulloch ou Say, mas, ao contrário, por conferir a essas contradições o *status* de lei natural e sacramentá-las. Sismondi encontra-se voltado para os interesses do proletariado; seu objetivo – apesar de um tanto geral e vago – é uma reforma profunda da distribuição em favor do proletariado. Malthus é o ideólogo dos interesses daquela camada de parasitas da exploração capitalista, que se alimenta da renda fundiária e da caixa do Estado; o objetivo que ele recomenda é a canalização maior possível de mais valia para esses consumidores improdutivos. O ponto de vista sismondiano é predominantemente ético, socio-reformista: ele *corrige* os clássicos ressaltando que “a razão única da acumulação é o consumo” e defende uma “redução da acumulação”. Malthus, pelo contrário, se expressa francamente a favor da acumulação ilimitada por parte dos capitalistas (já que o fim único da produção é a acumulação), que ele procura completar e garantir pelo consumo ilimitado de seus parasitas. Por fim, o ponto crítico de partida sismondiano era a análise do processo de reprodução, a relação entre o consumo e a renda em

¹¹ Reaparece a ideia de que, no agregado, é possível pensar as condições da reprodução ampliada a partir da hipótese de que a produção total só demanda uma determinada composição de meios de produção que funcionariam como capital fixo e meios de consumo que funcionariam como capital variável e mais valor.

escala social. A oposição de Malthus contra Ricardo parte de uma absurda teoria do valor e de uma teoria popular da mais valia decorrente, e assim pretende explicar o lucro capitalista mediante o acréscimo de preço feito sobre o valor das mercadorias” (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 143).

Restringida pela impossibilidade de haver uma expansão do consumo dos trabalhadores sobre as mercadorias de consumo capitalista graças a lei da população, em Malthus a teoria da reprodução do consumo social total se viu diante da divisão do mais valor total entre aqueles que compram e vendem e aqueles que compram sem vender. A possibilidade de se observar uma composição do produto segundo a ótica da demanda se viu aberta em virtude de sua própria condição. A associação entre trabalho produtivo e trabalho assalariado de Smith é recuperada de modo que se observe uma diferença entre o consumo induzido pelo gasto realizado a partir de uma renda e o consumo realizado por aqueles cuja função social depende, reprodutivamente, de uma transferência de poder de compra. No primeiro caso o trabalho assalariado e o produtivo se apresentam juntos, enquanto no segundo a venda de qualquer tipo de serviço ou atividade não necessariamente implica a presença de um trabalho produtor de mais valor, ainda que este trabalho seja produtivo no sentido de oferecer um resultado-fim.

Neste caso, a redução ricardiana do capital produtivo circulante ao setor de bens-salário mais ajuda do que atrapalha, pois a quantidade de trabalho contido como parte da composição do valor do produto total (o valor-trabalho desgastado e depreciado na circulação do produto total) é negligenciada, e o valor do produto total é substituído pelo preço de custo da mercadoria salário mensurada a preços monetários (o significado malthusiano do trabalho comandado de Smith). Algo totalmente justificável para um autor que não chegou a alcançar o entendimento sobre o que explica a reprodução do valor do capital constante, e nem a diferenciar o capital fixo do circulante.

No que se refere a uma proposição malthusiana acerca da reprodução ampliada do consumo social total poderíamos dizer que esta se afirma a partir da transformação dos atos de compra sem respectiva venda em atos de venda para ampliação do consumo extrínseco. Em outras palavras, que é por meio da acumulação de capital produtivo das atividades operadas por meio do trabalho improdutivo que recebe renda via transferências (que compram sem vender) que se pode garantir a expansão continuada do consumo social total, pois, maior é o número de atividades e serviços empregados para o atendimento das necessidades da reprodução simples.

Diferentemente de Sismondi, que identificava um nexos causal entre o consumo contido e o consumo do produto excedente quando a troca entre o sobre produto (o produto para além da condição de troca equivalente do esquema simples) e a riqueza genérica se expandia, Malthus sequer chega a conceber a reprodução do capital social total. Porém, é justamente devido à teoria malthusiana da

reprodução do consumo social que se pode observar uma idiossincrasia da História do Pensamento Econômico. A apreensão do problema da realização apartada por completo do problema da reprodução, e mais do que isso, apartada de seu próprio meio. Por isso o caráter da teoria de Malthus é dito aqui como algo contendo um q de “mercantilista”.

O que é decisivo na análise de Malthus é a conexão entre a composição física e em preço da renda total. A divisão da renda total entre renda bruta que desconta o custo com a depreciação (o trabalho pago em Smith) e renda líquida (o trabalho não pago) é comungada com a divisão entre salários, lucros e renda da terra, sem que o dogma smithiano seja uma suposição necessária devido ao problema do valor, mas sim uma consequência da equiparação simultânea do trabalho assalariado e produtivo com o capital produtivo total. Como a parte contida do consumo induzido pela renda (a acumulação de capital no setor de bens-salário) é reconhecida pela identidade entre salários e renda bruta, o consumo excedente é associado à identidade entre renda líquida e meios de consumo finais. É deste consumo que se separa a parte induzida pela renda da parte não induzida. O argumento de que toda a forma de poupança é um não consumo e, por isso, um redutor do nível de demanda pode ser alcançado observando que a renda líquida é determinada pelo gasto dos proprietários de capital e de terra em meios de consumo finais, dado que a lei da população impede a possibilidade lógica do aumento do consumo supérfluo dos trabalhadores produtores de mais valor.

Observa-se, portanto que, é este driblar-se do problema do valor, assumindo o preço monetário como uma medida possível do valor agregado, o que condiciona a percepção de Malthus de que a diferença entre os atos de compra com respectiva venda e os atos de compra sem a anterioridade da venda contribui, em última instância, para a reprodução das condições produtivas totais. O consumo contido induzido pela renda do consumo extrínseco é dado na relação entre os que compram com a respectiva venda (os capitalistas proprietários de meios de produção e de terra) com aqueles que vendem atividades e serviços não produtores de mais valor (sem produção que garante a compra futura, portanto) e que compram no presente, realizando integralmente o mais valor contido no produto total final. Num jogo simultâneo, a reprodução futura do consumo e do capital produtivos totais (dos que compram para vender) e a reprodução futura do consumo extrínseco (dos que compram do trabalho produtor de mais valor e que vendem atividades e serviços não produtores de mais valor) é garantida.

A possibilidade de uma teoria da reprodução ampliada do consumo social total ganha força neste momento em que as condições de produção são semelhantes às de circulação e a poupança assume uma relação proporcional com o investimento mesmo que o equilíbrio entre consumo e

poupança não precise ser assumido. Acompanhemos o sintético raciocínio de Luxemburgo sobre a formulação de Malthus, e em especial o quão diferente é em relação à Sismondi.

Malthus confronta Mill, portanto, com a possibilidade de uma superprodução geral: “Em comparação com os custos de produção, todas as mercadorias podem aumentar ou cair (em sua oferta) ao mesmo tempo”. Em segundo lugar Malthus protesta contra o hábito em voga, tão comum em Mill, como em Ricardo e em seus epígonos, de amoldarem suas teses à troca direta de produtos (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 145).

Dado que os custos de produção são menores do que o preço de oferta, é a realização do valor em diferença (o preço de oferta menos o preço de custo) de uma mercadoria no mercado o elemento garantidor de um ajuste dos preços de mercado em relação ao preço de custo das mercadorias, pois, do contrário, o lucro não poderia ser integralmente realizado e as atividades autônomas não poderiam ser reproduzidas. No entanto, este “valor” das mercadorias quando é ajustado aos preços de mercado não realiza apenas os lucros, mas sim os lucros correspondentes à troca equivalente entre mercadorias e quantidade de moeda. Uma espécie de equilíbrio consequente entre preço de custo e preço de oferta que não é oriundo da diferença entre oferta e demanda, mas sim da diferença entre os produtos do emprego capitalista da força de trabalho que possuem valor, valor de uso e valor de troca e os produtos de atividades reprodutíveis que possuem um preço monetário de custo. Como é possível vender uma mercadoria por um preço superior ao “valor” da mesma, pode-se também trocar uma maior quantidade de trabalho incorporado por uma quantidade de dinheiro não correspondente à quantidade de trabalho incorporado. Gerando assim a acumulação de trabalho passado nas atividades reprodutíveis a um determinado preço monetário de custo. Não é por menos que a troca monetária ganha destaque no entendimento do reverendo Malthus sobre como as condições de produção são atendidas pelas próprias condições de circulação da mercadoria dinheiro. O que só revela a confusão entre o que é a mercadoria dinheiro (o equivalente universal das trocas) e o que é a moeda (o padrão de medida das trocas).

Recolocando o exemplo crítico que o reverendo apresenta contra James Mill, Luxemburgo busca mostrar o comum e o divergente de Malthus no tocante à tradição de Ricardo.

“O plantador de lúpulo”, diz ele [Mill], “que traz ao mercado cerca de cem sacos de lúpulo está tão interessado na oferta de chapéus e de sapatos quanto em manchas solares. Que pensa fazer então? Que deseja receber em troca de seu lúpulo? O sr. Mill parece achar que seria revelar extrema ignorância em Economia Política dizer que ele quer dinheiro. No entanto, não vejo o menor problema em arriscar-me a ser tachado de ignorante admitindo que é justamente de dinheiro que ele (o plantador) precisa”. Isso porque a renda fundiária do senhor e os salários devidos aos trabalhadores, bem como, finalmente, a compra de suas matérias primas e dos utensílios necessários à continuação do cultivo, só podem ser pagos em dinheiro. Malthus insiste nesse

ponto de forma bem explícita: considera simplesmente “espantoso” que famosos economistas políticos prefiram recorrer a exemplos arriscados e impossíveis, em vez de admitir a hipótese da troca monetária. No restante Malthus se contenta em descrever o mecanismo pelo qual uma oferta excessiva leva por si mesma a uma limitação da produção por meio da queda dos preços abaixo dos custos de produção e vice-versa. “*Mas essa tendência de corrigir o problema da superprodução ou subprodução pelo curso normal das coisas não constitui nenhuma prova de que esses males não existem*”. Vê-se que apesar de defender um ponto de vista contrário sobre a questão das crises, Malthus segue a mesma linha de Ricardo, Mill, Say e MacCulloch: para ele também existe apenas a troca de mercadorias. O processo de reprodução social, com suas categorias maiores e respectivas correlações, processo que absorvia totalmente a atenção de Sismondi, no caso não é levado em consideração” (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 145).

Qual é a solução das crises de superprodução? A solução do próprio subconsumo. Do que se pode apreender da análise de Luxemburgo o foco da controvérsia clássica sobre as crises comerciais aliado às férreas hipóteses e à frágil teoria do valor fomentaram uma compreensão circulante da reprodução do capital produtivo total que o condiciona à sua composição técnica por meio de uma troca proporcional entre renda e riqueza que só aparece no limite de uma análise sobre a reprodução total. A questão ponto de chegada das formulações de Sismondi e Malthus é o próprio problema da acumulação, visto por ora sob a ótica da demanda. O que determina a demanda por investimento é, assim, a questão a ser “respondida” e, por que não dizer, recolocada

Não obstante procurarem ambos (Malthus e Sismondi) um remédio para a acumulação capitalista, buscando a salvação em uma categoria de consumidores que compre sem vender, Sismondi busca essa categoria com o intuito de transferir-lhe o excedente do produto social que ultrapassa o consumo do operário e do capitalista, ou seja, a parte capitalizada da mais valia que Malthus procura destinar à criação do lucro. Como esses beneficiários de rendas ou do Estado, cujos meios de compra provêm da preferência e necessariamente das mãos do capitalista, conseguem ajudá-lo a se apropriar dos lucros mediante a compra de mercadorias, de preço acrescido, naturalmente continua um segredo que Malthus não nos conta. Em face das discordâncias tão amplas a cooperação bélica entre Sismondi e Malthus se revelou de natureza superficial. E se Malthus transforma os *Nouveaux Principes* de Sismondi em caricatura malthusiana, segundo refere Marx, Sismondi sismondifica fortemente as críticas de Malthus a Ricardo, ressaltando somente o que lhes é comum e o citando apenas como testemunha principal. É claro que, vez ou outra, Sismondi adota parte da teoria malthusiana sobre os gastos do Estado como recurso para acumulação, o que contradiz seu próprio ponto de partida.

Luxemburgo conclui negando que este caminho de entendimento seja possível. Porém, nos baseando numa análise mais geral sobre o que a leitura da autora acaba levantando explicita-se o seguinte. Em Sismondi a troca proporcional entre renda e riqueza é compreendida como relação entre consumo (trabalho) e renda (propriedade/capital fixo) em escala progressiva; em Malthus, esta mesma

troca se dá entre consumo e propriedade em diferenciação sucessiva. O aumento do consumo não induzido pela renda pode se efetivar-se tanto pela via do aumento do preço sobre o valor de mercadorias finais destinadas ao consumo social total (o caminho de entendimento de Sismondi para o que é por ele identificado como consumo supérfluo ou sobreproduto), quanto pela via do emprego de trabalhadores improdutivos em negócios que demandam investimento de capital produtivo (o caminho malthusiano para o consumo supérfluo).

Para que a primeira via seja uma opção lógica pode-se assumir - dada a falta de rigor de Malthus na análise sobre o valor e a distribuição - uma igualdade entre preços e valores para o conjunto das mercadorias reprodutíveis e tangíveis que geram renda e uma diferença entre valor e preço para o conjunto das mercadorias reprodutíveis de consumo supérfluo que geram renda a partir do emprego de força de trabalho nos setores produtores da parcela do consumo excedente que chamamos mais acima de consumo extrínseco (o consumo dos proprietários induzido por renda). Neste caso a diferença entre o preço de custo e o preço de oferta de cada mercadoria significaria apenas redistribuições dos lucros realizados entre os setores reprodutores do que viria a ser o capital fixo (os bens-salário) e os setores reprodutores do capital circulante (aqui confundido com o conjunto de mercadorias finais). Ainda que se pudesse verificar a possibilidade de transferência de mercadorias de consumo supérfluo das classes proprietárias para a classe trabalhadora dado por um aumento do salário monetário acima do preço de custo do salário, a dinâmica do mercado de trabalho imposta pela lei populacional impede, para o que é a teoria de Malthus, a afirmação desta possibilidade como tendência de longo prazo.

Já no caso do conjunto das “mercadorias” reprodutíveis em atividades de valor de uso tangível e preço de custo - o caso das mercadorias em que as preferências individuais são fundamentais - o que há de improdutivo no trabalho não associado à produção capitalista é esta espécie de mercadoria-riqueza que, a longo prazo, parece aniquilar qualquer empecilho a criação de lucro no futuro por meio da expansão do consumo. Este segundo ponto de vista é justamente o que associa os gastos não induzidos pela renda total (a ampliação do poder de compra via aumento do estoque monetário) aos gastos produtivos necessários à continuidade da reprodução do consumo social total, mas que, no geral, não ampliam o capital fixo ou ampliam apenas o consumo de matérias primas e de capital de giro. O consumo corrente do Estado pode ser encarado desta maneira quando se assume que o preço monetário de custo que é pago pela classe produtiva aos donos de “mercadorias” de valor de uso tangível e preço de custo recompõem integralmente o custo material de reprodução dessas atividades (uma espécie de reprodução simples dos meios de produção).

Assim, em Malthus, pode-se observar que este tipo de gasto funciona como um indutor último da acumulação de capital produtivo. Proveniente da mercantilização do que pode vir a ser capital produtivo no futuro, pois, para a mente do reverendo, o capital é, no limite, trabalho produtivo assalariado. Como em Sismondi a troca necessária se dá entre consumo e renda, a acumulação de capital produtivo capaz de solucionar o subconsumo é proveniente da expansão extensiva da economia mercantil simples sobre os pauperizados, e não da mercantilização dos valores de uso tangíveis ofertados pela classe dos parasitas da mais valia em troca de consumo, ainda que tanto os pauperizados quanto os parasitas vendam para consumir.

Existe, pois, uma diferença importante entre resolver a tendência ao subconsumo por meio do aumento extensivo e progressivo do emprego produtivo dos trabalhadores no comércio e transporte, seja ele interno ou externo à Nação, e resolver tal tendência por meio da alienação de valores de uso tangíveis que possuem preço de custo. O primeiro é um gasto não induzido pela renda e uma compra com respectiva venda que cria capacidade produtiva e realiza os lucros comerciais e o segundo é um gasto não induzido pela renda e uma compra sem respectiva venda que é financiada pela venda destes valores de uso tangíveis que só possuem preço de custo a este mesmo preço. O que torna possível a transformação dos que compram sem vender em aqueles que vendem para consumir. Para que o gasto autônomo de segundo tipo seja indutor do consumo e capaz de, simultaneamente, realizar uma ampliação na capacidade produtiva se faz necessário assumir uma troca entre o capital empregador de trabalho produtivo assalariado e o capital subsidiador do emprego de trabalho improdutivo. Em outras palavras, o quanto do aumento presente no gasto dos proprietários de capital em trabalho produtivo compensará o crescimento futuro do gasto capitalista em trabalho improdutivo.

O que se tem como possível visão de longo prazo em Malthus¹² é uma recomposição do consumo final (a renda líquida) a favor daqueles que compram com a intenção de venda em diferença daqueles que compram sem vender. Para que se sustente a ideia de que não há limites à acumulação de capital, mesmo numa análise restrita à reprodução ampliada do consumo social total, é necessário compreender que a ampliação dos gastos improdutivos sobre o consumo gerado por trabalho produtivo deve se dar com ganhos absolutos de mercantilização maiores do que os ganhos relativos advindos de lucros diferenciais das atividades de comércio e transporte em relação com o resto da Grande Indústria. O crescimento da mercantilização do trabalho improdutivo só poderia conduzir a bons resultados caso a quantidade de trocas que realizam o produto final com o intuito da venda futura cresça a taxas superiores às trocas que não se destinam a venda.

¹² Uma possível teoria malthusiana da reprodução ampliada do consumo social total.

Qual é o valor de uso tangível ofertado pela Igreja em troca de um maior consumo futuro que beneficiasse a reprodução material da própria Igreja e a do capital total? A benção de alimentar os pobres com mercadorias. O consumo do valor de uso tangível (a reprodução corrente) é a realização do mais valor capaz de gerar renda futura e o seu preço é, para os proprietários de capital, algo puramente monetário.

Conclusão:

Do que foi aqui exposto podemos levar em consideração que a compreensão de Rosa Luxemburgo acerca do modo pelo qual os teóricos do período clássico lidaram com a reprodução do capital social total se coloca como um ponto de referência que não pode ser ignorado. Isto se deve não só as críticas analíticas que a autora buscou trabalhar, pois, por mais que grande parte dos problemas de análise desses teóricos tenham como causa da imagem de autorreprodução que o capital faz de si mesmo, o que parece estar realmente alinhado com o objetivo da autora é explorar o porquê esta imagem é tão efetiva e eficaz. O trabalho de História do Pensamento de Luxemburgo está, portanto, alinhado com o sentido da Crítica da Economia Política assim como fizera Marx, e o seu avanço reside no fato da autora buscar construir este tipo de crítica no terreno da teoria da reprodução do capital social total.

Isto nos permite afirmar que, em Rosa Luxemburgo, a Crítica da Economia Política avança para o campo em que as questões históricas da época obrigavam a teoria a migrar. A análise de Luxemburgo sobre o Imperialismo e, principalmente, a superação dessa nova configuração reprodutiva do capital, demonstra que a autora obteve sucesso em sua empreitada ainda que as conclusões de Luxemburgo não foram apreendidas e reconhecidas como de continuidade para com o trabalho de Marx. Muito disso pode ser creditado a postura crítica com a qual Luxemburgo trata a maneira como Marx trabalha os esquemas de reprodução. Restringido às condições esquemáticas da reprodução, faltou a Marx fazer o que ele já fazia feito em outros campos de discussão teórica, segundo o que podemos depreender do método de elaboração teórica de Luxemburgo. Fazer uso de uma História crítica do Pensamento Econômico que fizesse saltar aos olhos tanto a dialética do movimento histórico quanto as contradições e os conflitos vivenciadas no âmbito do pensamento. Rosa Luxemburgo o fez conservando um domínio do método da Crítica da Economia Política que pouco se viu no momento histórico em que a autora viveu.

Referências Bibliográficas

DOBB, Maurice. Teorias do Valor e da Distribuição desde Adam Smith. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

FROLICH, Paul. Rosa Luxemburgo Pensamento e Ação. São Paulo: Boitempo, 2019.

KALECKI, Michael. Teoria da Dinâmica Econômica: Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. Trad. Paulo de Almeida. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. Trad. Jorge Miglioli. Coleção Economia e Planejamento. Série Teoria Contemporânea. São Paulo: HUCITEC, 1977.

KRÄTKE, Michael. “Nove respostas preliminares para nove perguntas difíceis”. In: Crítica Marxista, São Paulo: Ed. Revan, v.1, n.26, 2008.

_____. “A herança econômica recalçada”. In: SCHÜTRUMPF, Jörn. Rosa Luxemburgo ou preço da liberdade (org.). São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

LÖWY, Michael. Método dialético e teoria política. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. Revolta e melancolia. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. Ideologias e Ciência Social. Elementos para uma análise marxista. 10ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LUKÁCS, György. História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa. “Reforma social ou revolução?”. In: LOUREIRO, Isabel (org.). Rosa Luxemburgo: textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. pp. 11-36.

_____. Greve de massas, partido e sindicato. Coimbra: Centelha, 1974.

_____. A crise da social-democracia. Lisboa: Escorpião, 1974.

_____. A revolução russa. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.

_____. A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. Trad. Marijane Vieira Lisboa. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. O Capital: crítica da Economia Política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kotche. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985. V. 1-5.

_____. Teoria da Mais Valia: História crítica do Pensamento Econômico. Trad. Reginaldo Sant’ana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. Vols. 1-3.

MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de Capital e Demanda Efetiva. 2ª ed. Coleção Economia e Planejamento. Série Teses e Pesquisas. São Paulo: HUCITEC, 2004.

RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação. 1ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. 1ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1983. Vols. 1-2.